

Fonte O Estado de São Paulo Class.: 133

Data 23 de agosto de 1978 Pg.: \_\_\_\_\_

## Emancipação dos índios é criticada por antropólogos

"Emancipar o índio agora e' entregá-lo desarmado a forças infinitamente mais poderosas, que lhe arrebatarão as terras a vil preço, por grilagem ou por execução de dívidas, absorvendo-o como mão-de-obra barata" A denúncia consta do documento divulgado ontem por um grupo de antropólogos, no Museu de Ciências Sociais da USP, criticando o anteprojeto de emancipação do índio, elaborado pelo governo.

Com cinco laudas, o documento foi elaborado no fim de semana, depois de uma reunião que contou com mais de 30 antropólogos da USP, PUC, Unicamp, das universidades federais de Brasília, Santa Catarina, Bahia e Paraná, e dos museus Nacional do Rio e do Índio, além do sertanista Orlando Villas-Boas e de estudantes. Todos estudaram o problema da emancipação do índio que será discutido nos dias 11, 12 e 13 de setembro, em Brasília, na reunião convocada pelo ministro do Interior, Rangel Reis.

Depois de alertar para o perigo que representa a ambigüidade da palavra emancipação, a antropóloga Carmem Junqueira, da PUC, explicou que o documento é didático, mostrando ao povo, "numa linguagem clara", porque não pode haver a emancipação do índio. Documento nesse sentido, embora "mais técnico" será entregue ao ministro do Interior.

Segundo os antropólogos, não é o momento de regulamentar a emancipação do índio, mas de pensar nas responsabilidades da tutela. Ao aprovar o Estatuto do Índio, o Estado se comprometeu a garantir a proteção adequada às comunida-

des indígenas e sua cultura, até que cheguem à situação de se intregarem harmoniosamente à Nação.

Para eles, há problemas muito mais prementes do que a regulamentação da emancipação, como a demarcação das terras indígenas que, pelo artigo 65 do Estatuto do Índio, deveria estar terminada até o fim deste ano, mas "estamos longe disso". Também precisa haver assistência às comunidades indígenas.

Os índios no Brasil estão em regime de tutela, e seu tutor é o Estado brasileiro; isto significa que eles não detêm a mesma capacidade e responsabilidade jurídica dos demais adultos brasileiros. Significa, também, que o Estado tem o dever de zelar pela defesa de seus interesses. Assim, por exemplo, os territórios indígenas são de posse e usufruto dos índios, mas propriedade inalienável da União, o que os preserva da cobiça. Mas, o governo nunca exerceu a função de tutor, já que "a Funai, com verbas irrisórias, protege com muita dificuldade".

Segundo o documento, manter a tutela não significa tratar os índios como crianças, mas orientá-los no seu trato com a sociedade e protegê-los até que sejam capazes de nela se moverem sem maiores riscos. Cabe também ao governo prestar uma eficiente ajuda médico-sanitária e a proteção dos índios, sobretudo os recém-contatados das doenças que os dizimam. Cabe-lhes também, a responsabilidade de uma educação que respeite as formas culturais, os valores e a dignidade da comunidade.